



Coalizão

# DIREITOS VALEM MAIS

## PELA DERRUBADA DOS VETOS AO ORÇAMENTO 2022, NENHUM DIREITO A MENOS!

O Orçamento de 2022 (Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA) aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro, foi sancionado no dia 24 de janeiro com **veto** do presidente no valor de **R\$3.18 bilhões** em 235 ações orçamentárias. Os vetos estão concentrados nas **despesas discricionárias (RP 2)** somando R\$1.82 bilhão, e nas **emendas de Comissão do Congresso Nacional (RP 8)** somando R\$1.32 bilhão. Em ambas as categorias, os gastos sociais e para a garantia de direitos, que já estão há anos sendo cortados pelo governo federal, foram o centro dos vetos.

Por outro lado, foram **mantidos os recursos** de quase R\$2 bilhões para o **reajuste dos policiais federais**, o presidente indicou que as outras categorias de servidores não receberão reajuste, e das **emendas do relator (RP 9)** que somam R\$16.5 bilhões, o chamado orçamento secreto. As justificativas colocadas pelo governo são duas: de inconstitucionalidade - o que não se sustenta, pois só uma parte desses tipos de emendas foi vetada - e de necessidade de recomposição de despesa com pessoal e encargos.

As áreas que mais sofreram com os vetos foram Educação e Trabalho e Previdência, porém uma série de outras políticas sociais sofreram cortes que, apesar de parecerem inexpressivos em relação ao total vetado, significam o esvaziamento do orçamento das políticas. A **Coalizão Direitos Valem Mais** apresenta abaixo **ações chaves**, entre o montante das 235 ações vetadas, que devem ter **seus vetos derrubados** pelo Congresso Nacional.

### EDUCAÇÃO

**Executada pelo Ministério da Educação, que teve veto de 740 milhões.**

- Ação **“Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”**, parte do Fundo Nacional de Educação, veto de R\$324 milhões.
- Ação **“Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica”**, veto de R\$55 milhões.
- Ação **“Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior”**, veto de R\$88 milhões. Aqui ressalta-se a permanente política de cortes nas Universidades.



Coalizão

## **DIREITOS VALEM MAIS**

- **CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, na ação **“Administração da Unidade”** no valor de R\$12 milhões.
- **CNPQ** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, na ação **“Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Científico”**, o veto foi de R\$8,5 milhões e R\$859 mil na ação **“Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico”**. Tanto a CAPES quanto o CNPQ, entidades centrais de incentivo à pesquisa no país, vêm sofrendo cortes reais e operam com o menor valor dos últimos 12 anos.
- Ação **“Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais”** veto de R\$100 milhões, essa ação diz respeito ao repasse a EBSERH que administra os hospitais universitários.
- Ação **“Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica”** veto de R\$74 milhões.

### **TRABALHO E PREVIDÊNCIA**

#### **Executado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, que teve veto de 1 bilhão.**

- **INSS** na ação **“Administração da Unidade”**, o veto foi de R\$709 milhões, e na ação **“Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários”**, no valor de R\$180 milhões. Somando um total de corte no INSS de R\$988 milhões. O veto no orçamento contrasta com o número de 1 milhão e 800 mil pessoas que aguardam na fila de espera para aposentadoria, pensão ou benefício. Essas pessoas dependem em parte de perícia médica, que hoje opera com cerca de 50% do contingente que já operou.
- **“Fiscalização de obrigações trabalhistas e inspeção em segurança e saúde no trabalho”**, o veto foi de R\$5 milhões, em torno do mesmo valor que havia sido incrementado pelo Congresso Nacional, dessa forma a ação permaneceu com o montante proposto inicialmente pelo Executivo de R\$30 milhões. **A ação inclui a inspeção do cumprimento da legislação da erradicação do trabalho análogo ao escravo e do trabalho infantil.** O valor previsto em orçamento, assim como a sua



Coalizão

## **DIREITOS VALEM MAIS**

execução e o número de operações de resgate vem decrescendo exponencialmente nos últimos 10 anos e especialmente desde 2018.

### **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Executado pelo Ministério da Cidadania, que teve veto de 284 milhões.**

- **Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)** na ação de “**Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**” no valor de aproximadamente R\$105 milhões. Ressalta-se que é a partir dele que são repassados os recursos aos Fundos municipais e do DF responsáveis referentes à execução dos serviços socioassistenciais, programas e apoio e aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro, além do Sistema Único de Assistência Social.

### **MEIO AMBIENTE**

**Executado pelo Ministério do Meio Ambiente, que teve veto de 35 milhões.**

- Ação “**Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias**”, a PLOA previa R\$50 milhões para a ação, o veto foi de R\$19 milhões, correspondente a 38% do orçamento de 2022 para a política.
- Ação “**Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental**”, o PLOA estabeleceu R\$13 milhões para a ação e o veto foi de R\$8,5 milhões, correspondente a 62% do que estava previsto para o programa.
- Ação “**Formulação e Implementação de Estratégias para Promover a Conservação, a Recuperação e o Uso Sustentável da Biodiversidade, da Vegetação Nativa e do Patrimônio Genético**” o veto é quase 295% vezes o valor proposto na PLOA, de cerca de R\$ 3 milhões, foi vetado R\$8.5 milhões.

### **POLÍTICAS PARA AS MULHERES E DIREITOS HUMANOS**

**Executado pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que teve veto de 16,5 milhões.**

- Ação “**Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**”, o veto foi de R\$945 mil, quase o mesmo destinado a ação hoje, ou seja, a derrubada do veto poderia dobrar o volume de recursos na política.
- Ação “**Apoio à implementação da casa da mulher brasileira e de centros de atendimento às mulheres**”, o veto foi de R\$4.9 milhões.



Coalizão

## **DIREITOS VALEM MAIS**

- Ação “Promoção e defesa de direitos humanos para todos”, o veto foi de R\$9.7 milhões.

### **PROTEÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS**

**Executada pela FUNAI, que teve veto de 1,6 milhão vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Ministério teve veto de R\$54 milhões.**

- Ação “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas” no valor de R\$859 mil.
- Ação “Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados” R\$773 mil.

### **POLÍTICA AGRÁRIA**

**Executado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que teve veto de 87 milhões.**

- Ação “Reforma agrária e regularização fundiária”, valor vetado R\$85,9 mil.
- Ação “Consolidação de assentamentos rurais”, valor vetado R\$85,9 mil.
- Ação “Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas” R\$85,9 mil.
- Ação “Apoio à urbanização de assentamentos precários por meio do fundo nacional de habitação de interesse social”, valor vetado R\$859 mil.

No link a seguir é possível ter acesso a todos os vetos. Para saber a ação, a destinação e o valor vetado clicar em “ver texto do dispositivo vetado”:

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/15009#>

**Elaboração:** Luiza Calvette Costa - Assessora legislativa da Coalizão Direitos Valem Mais.

**Contribuições:** Livi Gerbase; Carolina Tavares Resende.